

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 005/2009 - SEOPS, nos termos do
Padrão nº 04/2002.

Processo nº 017.000.061/2009

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – SEOPS**, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por **Roberto Eduardo Giffoni**, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa **JOSÉ DOS REIS CHAVEIRO - ME**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede no SCLRN 707 Bloco C, nº 29 – Brasília - DF, CNPJ nº 72.579.105/0001-58, representada neste ato por **Evandro da Costa Pontes**, portador da Carteira de Identidade nº 180.077 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 046.314.041-91, na qualidade de Procurador.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Convite nº 09/2009 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 148/182), da Proposta de fls. 205 e da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Chaveiro, consoante especifica o Edital de Convite nº 09/2009 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 148/182) e a Proposta de fls. 205, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 7.065,00 (sete mil e sessenta e cinco reais), devendo ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45.101

II – Programa de Trabalho: 04122010085176989


III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

IV – Fonte de Recursos: 1000000000 - Tesouro

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2009NE00238, emitida em 23/06/2009, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Roberto Eduardo Giffoni


Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma estabelecida no item 11 do Edital de Convite nº 009/2009 – CECOM/SUPRI/SEPLAG e será de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato;

10.2 – rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

10.3 – comunicar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;

10.4 – efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

11.2 – Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

11.3 – Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor;

11.4 – Cumprir e fazer cumprir toda a legislação de proteção aos apenados em regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário de conformidade com a Lei Distrital nº 4.079, de 4 de janeiro de 2008, excluindo do disposto nesta Lei os serviços de segurança;

11.5 - Cumprir e fazer cumprir toda a legislação de proteção às pessoas excluídas, à mulher, aos idosos, bem como o disposto na Lei Distrital nº 4.118/2008; e

11.6 – Cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) do Edital de Convite nº 009/2009 – CECOM/SUPRI/SEPLAG.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

rubiffoni



Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

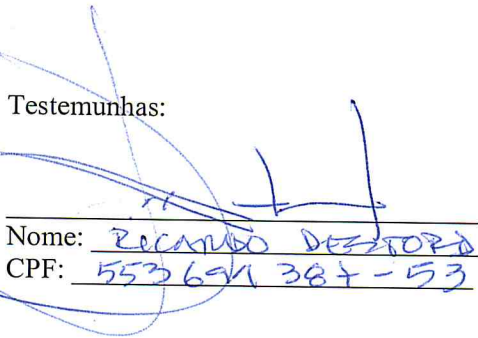
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 24 de junho de 2009.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Secretário de Estado


EVANDRO DA COSTA PONTES
Procurador

Testemunhas:


Nome: RICARDO DESATOPES
CPF: 553 691 387 - 53

Nome: _____
CPF: _____